



EM DEFESA DA DEMOCRACIA, POR NENHUM DIREITO A MENOS

Mulheres Negras marcham e lutam no seu cotidiano, contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

Mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos (grupos agregados na definição de negros), sendo que em cada dez pessoas, três são mulheres negras (IBGE).

Passamos secularmente a busca de viver em uma sociedade, sem o racismo, sem a opressão de gênero e classe, em doses diferenciadas, pois a luta travada pela garantia de direitos, com a garantia de espaço e visibilidade para nós mulheres negras são fortemente dificultadas, por parte da estrutura racista a que mantém o discurso da **Democracia Racial**.

Seguimos fortes em nossas mais diversas formas de organização. Pelos direitos civis e por uma sociedade plena. Pelo direito a ser mulher, a viver sem violência, direito à saúde e ao saneamento básico, direito à moradia, ao trabalho, educação de qualidade, direito à cultura, liberdade de expressão, religião ou não, direito ao mundo sem racismo e a visibilidade de nosso povo. As Mulheres Negras estiveram no processo de construção de grandes vitórias, como a Lei nº 8.080, de 19/09/1990 - Sistema Único de Saúde (SUS), nas Diretas Já, na Constituição Brasileira de 1988, na construção dos Órgãos Regulatórios de Defesa de Direitos das Mulheres e da População Negra, como CPDCN (Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra), Conselhos (Estadual e Nacional) de Políticas para as Mulheres, na defesa dos Marcos Regulatórios de inúmeras ordens, como a exemplo, Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a defesa da SPM e SEPIR (órgãos governamentais de status Ministeriais

criados em 2003, conseqüentemente), Lei do Feminicídio e outras conquistas de variadas ordens que se entrelaçam no processo dos direitos civis e políticos.

A partir destas construções e de um novo momento de Governabilidade do Brasil, com intuito de ampla responsabilidade social, de desenvolvimento nacional e de incentivo ao exercício da democracia, tivemos nossas vitórias específicas: na Educação a **Lei 10639/2003 e 11.645/2008** (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) e a Lei de Cotas (Ação Afirmativa) , na Saúde Portaria Interministerial **PORTARIA Nº 992/2009** da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no Enfrentamento ao Racismo a Lei Caó **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**, o **Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.888, de 20 de julho de 2010** (mesmo com subtrações de emendas significativas para nós), a Lei de Cotas no Serviço Público , Plano de Promoção de Igualdade Racial e o **SINAPIR** – Sistema Nacional de Políticas de Igualdade Racial , Política Nacional de Comunidades Tradicionais, SOS Racismo, no Trabalho a Lei do Empregado Doméstico.

Entre outras conquistas políticas compomos fortemente a batalha na conquista da primeira presidenta do Brasil Dilma Rousseff que, como nós mulheres negras e não negras, foi brutalmente atacada de maneira misógina pelo machismo da política patriarcal, conservadora e fascista que em abril de 2017, levou-a não só ao seu impeachment, mas o declínio do protagonismo das políticas sociais, em especial a Política de Mulheres e Promoção de Igualdade Racial.

Estabelecida a crise política, econômica e institucional, mesmo com avanços significativos na vida das mulheres negras e população negra, presenciamos o que a nós nunca foi de desconhecimento, o corte de custo de gastos públicos, acertarem frontalmente e primeiramente os nossos direitos, com o sucateamento das nossas políticas de Igualdade Racial, de Gênero e Direitos Humanos, um descaso com a maioria que sempre é colocada como minorias, com as piores condições de tratamento sócio-político-econômico.

Somos como mencionado acima, 54% da nação enquanto população negra. Entre os mais pobres, a cada quatro pessoas, três são pessoas negras, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2015, sobre influência das ações afirmativas, somente 12,8% da população negra chegou ao **nível superior**, enquanto os brancos de nível superior eram 26,5% do total no mesmo ano. Esta dificuldade é reflexo das altas taxas de evasão escolar no ensino fundamental, por conta das altas taxas de repetência ao

longo da vida, condições acentuadas pelo abandono do Estado, onde um dos itens é a fome e a pobreza máxima.

A mesma pesquisa do IBGE, revela que pessoas pretas e pardas têm mais probabilidade de viver em lares de condições precárias, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, em relação a população que se autodeclara branca. Em mais da metade das casas, negras e negros também não têm máquinas de lavar roupa, presente em três a cada dez lares de pessoas brancas.

Apesar da desigualdade, tivemos melhorias nos últimos anos, **no Saneamento**, o percentual de negros atendidos subiu de 44,2% para 55,3%, enquanto o atendimento de lares brancos aumentou de 64,8% para 71,9%. Já o serviço de **iluminação** esta universalizado, cobrindo 99,96% do país, sendo que em 2015, a cobertura chegava a 83,5% das casas, principalmente em áreas urbanas.

No **Trabalho** são as mulheres negras que ocupam a base da pirâmide da desigualdade, ganhando em relação ao homem branco 54,6% (topo da pirâmide) a menos e em relação ao homem negro, seus vencimentos são de 30%, evidenciando a opressão. Na sobreposição das desigualdades no trabalho não avançamos, continuamos assim na pirâmide, homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra.

A questão da **trabalhadora doméstica negra** merece um destaque particular, já que 63% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, segundo a Pnad/2012. Com o avanço legislativo na aprovação da Lei do Empregado Doméstico, tivemos uma melhora na estrutura de proteção social do emprego doméstico. Em média, somente quatro em cada dez trabalhadoras domésticas estavam protegidas, e seus rendimentos médios se revelaram inferiores ao salário mínimo. Cresceu a proporção de trabalhadoras que prestam serviços em mais de um domicílio, de 21,4% há dez anos, para 31,1% atualmente, mostrando um aumento da composição das trabalhadoras diaristas ante as de emprego fixo.

De acordo com a Pnad, as diferenças foram significativas na taxa de desocupação entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%) no 4º trimestre de 2016. Segundo dados do Dieese, sobre o **Desemprego**, o caso das mulheres pretas, é de 14%, o dobro da taxa de desempregados entre os homens brancos, de 6,9%. A de mulheres pardas, com a segunda taxa mais baixa, é de 13%, mais alta do que as desempregadas entre as mulheres brancas, 9,7%. Reflexo de um período de retirada de direitos, o racismo estrutural, com a reforma trabalhista, piora a situação das mulheres negras no mercado de

trabalho, por conta dos menores salários e taxa de desemprego duas vezes maior que a dos homens brancos.

Violência, segundo o **Mapa da Violência 2015**, os homicídios de Mulheres no Brasil, de 2003 para 2013, o assassinato de mulheres negras cresceu 54,2%. No mesmo período, o índice de assassinatos de mulheres brancas recuou 9,8%, segundo o estudo feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a pedido da ONU Mulheres.

Na Saúde, apontadas como SUS dependentes, sofremos com o tempo reduzido de atendimento para consultas, nas negligências nos procedimentos que requerem anestésias, na falta de medicamentos específicos, sofremos, com a mortalidade materna onde somos 60% das vítimas, somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante os partos enquanto sofremos violência obstétrica em 65,9% dos atendimentos de negras.

Apesar do maior reconhecimento e empoderamento da nossa identidade, estamos adoecendo e morrendo em maior número pelo abandono do Estado, a violência do Racismo Institucional. Estamos resistindo, mas muitas adoecendo, pois ao sermos discriminadas pela cor da nossa pele, e ver nossos filhos alvejados por tiros perdidos da força policial em um corpo negro abandonado no chão, desenvolvemos inúmeros transtornos psicossociais. O Brasil é o que mais mata jovens são 30.000 jovens ao ano, sendo que 23.100, são jovens negros de 15 a 29 anos (77% pretos e pardos), 63 por dia e 1 a cada 23 minutos.

As Mulheres Negras, mesmo com todas as desigualdades apresentadas, passamos décadas, o que se refletiu na **Marcha Nacional das Mulheres Negras em 2015**, resistindo ao argumento e as práticas de um Estado longe de ser de direito, mas como antes na luta pela liberdade e o combate da solidão que permeia nosso cotidiano, refletido na ausência do nosso sucesso em muitos desafios na consolidação da cidadania, mostramos pari passu, que não existe vitória sem resistência e que se para isso tivermos que lutar estamos preparadas a defender nossos direitos a uma sociedade sempre melhor, sem desigualdades sociais e raciais.

Não admitimos, o retrocesso do **golpe** que vivemos, lutamos contra o trabalho escravo e a favor de salário igual para trabalho igual, defendemos o SUS como patrimônio soberano de nossa nação e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, mantemos a defesa do quesito etnia cor, para referenciar a nossa inserção na sociedade com direitos e oportunidades iguais, no trabalho, na educação e em todos setores que são essenciais para a cidadania. Enfrentaremos firmes e fortes, o inimigo que mata nossos filhos, nosso povo, nossa tradição, cultura e nosso ser, o sistema capitalista.

Estamos e estaremos na linha de frente, por nenhum direito a menos, pela democracia, contra as Reformas Trabalhistas e Previdenciárias que cerceiam

o direito legítimo de nós cidadãs de todas as raças - brasileiras, a ter uma sociedade melhor livre de toda forma de opressão. ***Diretas Já!***

“...a experiência da opressão é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. “ (Luiza Bairros em “Nossos feminismos revisitados”)

Texto: Flávia Costa - Combate ao Racismo – UBM

Fontes de Estudos: IBGE, Dieese, PNAD, Ministério da Saúde Campanha SUS Sem Racismo.